



A formação continuada
dos profissionais da Educação e os
desafios das Secretarias Municipais

Novo Fundeb
e o financiamento da
Educação Pública

A volta às aulas
e os desafios logísticos
e pedagógicos da
educação brasileira

A stack of five books in various colors (orange, teal, purple, white, and orange) with a cupcake topped with a lit candle on top. The cupcake has white frosting and colorful sprinkles. The books are stacked horizontally, with the cupcake sitting on the top one.

UNDIME SÃO PAULO

*35 anos de apoio à gestão municipal e em defesa
da Educação Pública com qualidade social e equidade*

Junho de 2022

Faz Educação

Impulsionados pela tecnologia.
Apaixonados por educação.



ESPAÇO DE INOVAÇÃO
Tecnológica
SAP



Authorized Reseller



@fazeducacao

Expediente

Presidente

Márcia Bernardes
DME de Mairiporã

Secretária de Comunicação

Silvana de Sousa e Souza
DME de Araçatuba

Vice-Presidente

Celso Fernando Iversen
DME de Porto Feliz

Secretária Executiva

Márcia Bortoletto
Assessor de Comunicação e Imprensa
Marcos Martins
Assessora de Relações Comerciais

Vice-Presidente Regionais / Grande SP

Lélia Hartmann Torres
DME de Francisco Morato

Bia Dias

Assessora Técnica
Marli Giovanini
Assessora Administrativa
Fernanda Zanon

Vice-Presidente Regionais / Interior

Marcelo Batista
DME de Votuporanga

Coordenação da Revista
Marcos Martins

Secretária de Coordenação Técnica

Maria Thereza Ferreira Cyrino
DME de Jacareí

Equipe CobraCriada

Revisão

Leandro Fortes

Secretária de Articulação

Angelita Meneghin Ortolan
DME de Cordeirópolis

Coordenador de criação

Tomás Fortes

Secretária de Finanças

Denize Jacob de Paula
DME de Brejo Alegre

Arte e diagramação

Denise Oliges

Secretário de Assuntos Jurídicos

André Luís de Francesco
DME de Limeira

**cobra
criada**

Undime São Paulo

Telefone: (11) 3121-4320

E-mail: undimesp@undime-sp.org.br

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, número 46 – 13º andar – Conjuntos 1311 e 1321

CEP: 01042-001 – República

São Paulo – SP

Acesse nossos canais de comunicação:

<https://linktr.ee/undimesaopaulo>



UM NOVO MOMENTO.
NOVOS
DESAFIOS.

EU SOU A
**ESCOLA
PÚBLICA**

A Moderna representa uma empresa que se renova e se reposiciona para atender às necessidades reais da educação de hoje.

A partir de agora, uma equipe 100% dedicada desde o editorial até o atendimento pedagógico em um desafio primordial:
a educação pública!



RECEBA NOSSOS MATERIAIS

Fotografe o QR Code ou acesse:
mod.lk/cadastre



/editoramoderna



/editoramoderna



/edmoderna

Editorial

Prezado leitor,

É com grande alegria que, em junho de 2022, a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo, Undime-SP, completa 35 anos de história. Isso significa que são mais de três décadas em prol da educação pública municipal das redes paulistas.

Para celebrar o ano de Jubileu de Coral, onde iniciamos os encontros de implementação do Currículo Paulista e comemoraremos o bicentenário da Independência do Brasil, em 07 de setembro, lançamos esta revista solene para trazer informações e atualizações precisas sobre o cenário educacional nesse período de quase pós-pandemia.

Aqui, você fará leituras rápidas sobre o Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Novo Fundeb) e a

importância do financiamento público, a recomposição da aprendizagem nas escolas com a volta às aulas presenciais com o fim do ensino remoto ocasionado pela Pandemia de Covid-19, Novo Piso do Magistério e a necessidade da readequação de acordo com a legislação vigente, regime de colaboração, entre outros assuntos.

Também, apresentamos um histórico de como a seccional paulista da Undime chegou até aqui. Aliás, são 35 anos de mobilização e integração para a defesa e aprimoramento da Educação Básica.

Do mais, desejamos uma excelente leitura.



Márcia Bernardes

Presidente da Undime São Paulo
DME de Mairiporã-SP

Su má rio



08

Novo Fundeb e o
financiamento da
Educação Pública

10

A volta às aulas
e os desafios
logísticos e
pedagógicos
da educação
brasileira

Aprender Juntos
para que todos
avancem

13

Piso Nacional
do Magistério:
instrumento de
valorização da
carreira

16

Por que fazer
parte da Undime?

18

Os desafios da
Educação Infantil
e do Ensino
Fundamental

20



Undime:
identidade e
construção
contínua da
educação pública
municipal 22



Quem foram os
presidentes da
Undime São Paulo? 24

30
Entrevista:
Educação na pandemia

26 O Regime de
colaboração e
as estratégias
para promover
as melhorias
educacionais

32
35 anos da
Undime São Paulo

28 Trazendo o
protagonismo
do aluno e
a legislação
educacional

35
Undime São Paulo no
Conselho Estadual de
Educação



36
A formação
continuada dos
profissionais
da Educação
e os desafios
das Secretarias
Municipais

Novo Fundeb e o financiamento da Educação Pública



Sempre que se discute a questão do financiamento da educação pública no Brasil, duas correntes de pensamento se colocam. Uma, especialmente conduzida por economistas, que entende que o Brasil gasta muito e mal. Outra, a dos gestores públicos da educação, de acordo com a qual o Brasil precisa ainda fazer um grande esforço no investimento público em educação, apesar de reconhecer que de fato é preciso melhorar a qualidade desse investimento.

Por isso, gostaria de começar apresentando algumas premissas que a meu ver são importantes para tratar da questão do financiamento

público em educação no Brasil.

A primeira premissa é que o Brasil, de fato, olhando-se o percentual do PIB aplicado em educação comparativamente a outros países, investe relativamente mais. Por exemplo, dados de 2017 mostram que o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) investido pelo Brasil é de 5,1%, em comparação com a média de 4,0% aplicada nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Mas aí vem a segunda premissa, com base em pesquisas que mostram que o nível de investimento por aluno é o que importa – especialmente para países que ainda

gastam um valor relativamente baixo em educação, como é o caso do Brasil. Não se trata de uma contradição, mas do reflexo de um contingente de atendimento escolar de 48 milhões de crianças, jovens e adultos que precisam concluir a Educação Básica no país. Com base ainda nos dados de 2017, o investimento anual por estudante na educação – medido em dólares e considerando a paridade do poder de compra dos diferentes países analisados – no Brasil é de US\$ 3.873, enquanto a média nos países da OCDE é de US\$ 9.670; países vizinhos ao Brasil, como Chile e Argentina, investem, respectivamente, US\$ 5.925 e US\$ 4.366. Além disso, essas mesmas

pesquisas mostram que até um patamar de US\$ 8.000, cada montante de US\$ 1.000 adicional por aluno está associado a 14 pontos a mais no exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Uma primeira conclusão que podemos tirar dessa segunda premissa é que o investimento por aluno/ano na Educação Básica brasileira ainda está muito aquém daquele realizado nos sistemas educacionais mais desenvolvidos.

A terceira premissa é que o investimento dentro do país é ainda muito desigual. Dentre as redes públicas, 46% só conseguem investir até R\$ 4.300,00 por aluno/ano, tomando como referência dados de 2015. Análises realizadas pelo movimento Todos pela Educação mostram que abaixo desse valor, mesmo com uma excelente gestão, é muito difícil obter resultados satisfatórios, comparando tais municípios com seu respectivo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Portanto, há ainda uma grande assimetria no país em termos de investimento por aluno/ano nos municípios brasileiros.

Para romper com tais assimetrias e elevar os investimentos públicos em Educação Básica é que se insere o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), trazendo importantes avanços para a educação brasileira. Citaria aqui pelo menos quatro.

Em primeiro lugar, ele se torna agora mais redistributivo – pelo menos 2.745 redes de ensino mais pobres terão recebido, até 2026, mais recursos. Isso deve representar um aumento médio de 23,4% no valor aluno/ano.

Em segundo lugar, o investimento mínimo por aluno/ano passará

de R\$ 3,7 mil, em 2020, para R\$ 5,7 mil até 2026, o que representará um crescimento de 55,3%.

Outro aspecto do novo Fundeb é quanto ao caráter inovador de indutor de qualidade, muito inspirado no modelo cearense no campo da alfabetização das crianças na idade certa. Esse novo Fundeb, conforme acentua uma nota do movimento Todos pela Educação (www.todospelaeducacao.org.br), além de estimular melhores resultados de aprendizagem por meio da destinação de 2,5 dos 23 pontos percentuais da complementação da União para tal indução, introduz também uma importante e positiva mudança nas regras de distribuição do ICMS.

O quarto aspecto refere-se à participação do governo federal no Fundeb, de apenas 10% em relação à dos estados e municípios hoje. Por exemplo, em 2019, essas unidades da federação aportaram R\$ 155 bilhões, enquanto o governo federal lhe destinou apenas R\$ 15,5 bilhões. Com o novo Fundeb, o aporte sai dos atuais 10% para 23% até 2026.

Fica cada vez mais evidente que, sem um regime de colaboração forte entre as unidades da federação, o país não vai avançar na educação. É preciso, no entanto, que esses novos recursos sejam bem geridos pelos estados e municípios. E aqui não me refiro apenas à parte contábil, pois gastar o dinheiro público corretamente não é nenhum mérito, e sim obrigação de todo gestor público. Mas gastar com eficiência, eficácia e efetividade – aí sim, é mérito. Esses três “es” significam: a eficiência – se as políticas governamentais estão produzindo os resultados esperados a um custo razoável; a eficácia – se as metas e objetivos do

governo estão sendo alcançados; e, finalmente, a efetividade – se a população está satisfeita com os serviços que lhe são prestados.

O novo Fundeb traz, assim, alento à educação brasileira – que não seja apenas por meio de mais recursos, mas também como uma nova oportunidade de melhorar a qualidade da gestão desses recursos. ■

**Os dados para este artigo foram extraídos do documento Educação Já Municípios, elaborado pelo movimento Todos pela Educação (2022).*



Mozart Neves Ramos

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE.



A volta às aulas e os desafios logísticos e pedagógicos da educação brasileira

Isadora Lutterbach

Fundadora e Diretora Executiva do Vozes da Educação

Carolina Campos

Coordenadora de Projetos no Vozes da Educação

Após quase dois anos de restrições às aulas presenciais, a vacinação da população brasileira contra a Covid-19 trouxe a esperança de que o ano letivo de 2022 fosse iniciado na modalidade 100% presencial em todas as escolas do país. Ao final de 2021, entretanto, a variante Ômicron chegou ao Brasil e aumentou consideravelmente as taxas de contaminação da doença. O novo cenário fez com que as escolas, novamente, adiassem o retorno presencial às salas de aula em 2022.

Desde o início da pandemia, o Vozes da Educação vem monitorando semanalmente a situação das redes públicas estaduais e municipais (capitais) de ensino. O site www.educacaoecoronavirus.com.br mostra que, até o fechamento deste texto, pelo menos 8 estados haviam adiado o início do ano leti-

vo ou o iniciaram de forma remota/semipresencial¹, mas a grande maioria já estava em modalidade presencial².

E, com escolas abertas, o principal debate da Educação Básica, no tocante à logística, se volta para a obrigatoriedade do uso de máscaras nos ambientes escolares. Pode-se afirmar que até o início de abril de 2022, 7 estados (DF, MS, MT, RJ, RO, SC e SP) e 8 capitais (Brasília, Curitiba, Florianópolis, Maceió, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo) já haviam retirado a obrigatoriedade do uso de máscaras, até mesmo em ambientes fechados, o que inclui as escolas.

Se, por um lado, com escolas abertas e a dispensa do uso de máscaras de proteção facial, a sensação de normalidade volta a existir, por outro, os impactos da pandemia seguirão acompanhando a educação brasileira por algum tempo. O novo ano letivo já se inicia com, pelo menos, 3 grandes desafios sistêmicos e urgentes: a recomposição das aprendizagens, a evasão escolar e o acolhimento e a saúde mental de educadores e estudantes.

É difícil elencar prioridades em um cenário tão desafiador, mas do ponto de vista da aprendizagem, o ensino remoto e a total paralisação das atividades escolares em algumas localidades, colocaram a educação em uma situação ainda mais complicada do que a enfrentada antes da pandemia.

Nesse sentido, a principal queixa das redes de ensino está relacionada a como garantir que os estudan-

tes efetivamente aprendam aquilo que não foi aprendido ao longo dos últimos dois anos. Pensando nisso, o Vozes da Educação publicou um levantamento com boas práticas e metodologias capazes de apoiar escolas e redes de ensino nesse processo de recomposição das aprendizagens.

O *Teaching at the Right Level* (TaRL) - identificado no levantamento citado - é um bom exemplo. Idealizado e implementado pela ONG indiana Pratham Institute, o programa foi pensado para o Ensino Fundamental e dá ênfase no desenvolvimento de habilidades básicas de linguagem e matemática. Seu principal diferencial é a divisão dos estudantes por nível de aprendizagem, aferida a partir de uma avaliação diagnóstica, e não por idade ou seriação.

Basicamente, o TaRL reagrupa os estudantes e foca no processo de ensino-aprendizagem de habilidades estruturantes - e não em todo o currículo -, por nível de conhecimento. As crianças realizam avaliações periodicamente e, com base nos novos resultados, são feitos novos reagrupamentos para que seja possível avançar. Uma criança alocada na turma "letra", por exemplo, deve avançar para a turma "palavra". E a criança da turma "palavra" deve evoluir para a turma "parágrafo", e assim sucessivamente. O TaRL é frequentemente implementado em forma de acampamento (com 30 a 50 dias de duração), ou durante o período regular de aulas, numa espécie de

"parada pedagógica", que pode ocorrer semanalmente, mensalmente ou mesmo bimestralmente. Os professores recebem formação específica para implementação correta do modelo e há supervisão dos coordenadores pedagógicos, que acabam responsáveis por apoiar os professores no processo.

Essa abordagem gerou excelentes resultados na Índia e em diversos países africanos, inclusive em Sierra Leoa e Uganda, durante o surto do Ebola. Até por isso, serviu de base para o projeto pioneiro de recomposição das aprendizagens "Aprender Juntos", elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. O objetivo foi fortalecer as aprendizagens que ficaram comprometidas por conta do tempo de afastamento presencial dos alunos, causado pela pandemia no Brasil.

Assim, com tantos desafios na retomada presencial das aulas, tanto do ponto de vista logístico quanto pedagógico, a proposta do TaRL e do Aprender Juntos pode servir como inspiração para outras redes brasileiras, mostrando-se uma alternativa viável para que as escolas repensem sua forma de fazer educação no pós pandemia. ■

^{1 e 2} Informações extraídas do site www.educacaoecoronavirus.com.br

Um novo capítulo para a educação pública

NOSSO OBJETIVO É ENTENDER AS TRANSFORMAÇÕES E ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS EM PARCERIA COM EDUCADORES RESPONSÁVEIS, COMPROMETIDOS E QUE SÃO PEÇAS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM. DESENVOLVEMOS PROJETOS EDUCACIONAIS VOLTADOS PARA SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, EDUCADORES E ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE TODO O BRASIL, OFERECENDO EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DE SUCESSO POR MEIO DE MULTIPLATAFORMAS, COM PLANOS DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA PERSONALIZADOS E ACOMPANHAMENTO DO ESTUDANTE EM TODA A SUA TRAJETÓRIA ESCOLAR.

Parabéns, Undime - SP

UMA HISTÓRIA DE 35 ANOS QUE É
UMA LIÇÃO PARA A VIDA INTEIRA.



O SISTEMA DE ENSINO QUE VAI TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO DA SUA REDE.

Outras soluções

PLANOS PERSONALIZADOS, PROJETOS MULTIPLATAFORMAS E MUITO MAIS.



UM PROJETO QUE REVOLUCIONA O ENSINO DA SUA REDE.

SOLUÇÕES
MODERNA
SOLUCOESMODERNA.COM.BR

Aprender Juntos para que todos avancem



Vinícius Bueno

Líder do projeto Gestão da Aprendizagem e gestor do Aprender Juntos na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.



Márcia Feitosa

Técnica da equipe do Departamento de Avaliação e gestora pedagógica do Aprender Juntos na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.



SOLUÇÕES PARA **GOVERNOS**

Inglês para todos

Transforme o ensino da língua inglesa para alcançar resultados efetivos e mensuráveis!

Na Pearson Soluções para o Governo, contamos com uma ampla gama de soluções de aprendizagem inovadoras e abrangentes, voltadas para melhorar o ensino e a aprendizagem da língua inglesa de maneira flexível e adaptável de acordo com as necessidades de cada região.

Nosso principal objetivo é nos tornarmos **parceiros estratégicos dos governos**, a fim de contribuir para a **melhoria dos padrões de qualidade na educação pública**.

pearson.com.br



A pandemia de COVID-19 prejudicou muito a aprendizagem dos estudantes em todo o Brasil e o mundo. A fim de mensurar o impacto da pandemia sobre a aprendizagem dos estudantes para guiar suas políticas, a Secretaria da Educação da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) realizou em 2021, em parceria com o CAEd (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação), avaliação que mostrou resultados muito preocupantes.

A aprendizagem foi negativamente impactada em todas as etapas de ensino, e afetou especialmente os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, que dependem mais da interação

presencial com os professores para aprenderem. Os resultados do SA-RESP realizado em 2021 confirmaram esse impacto.

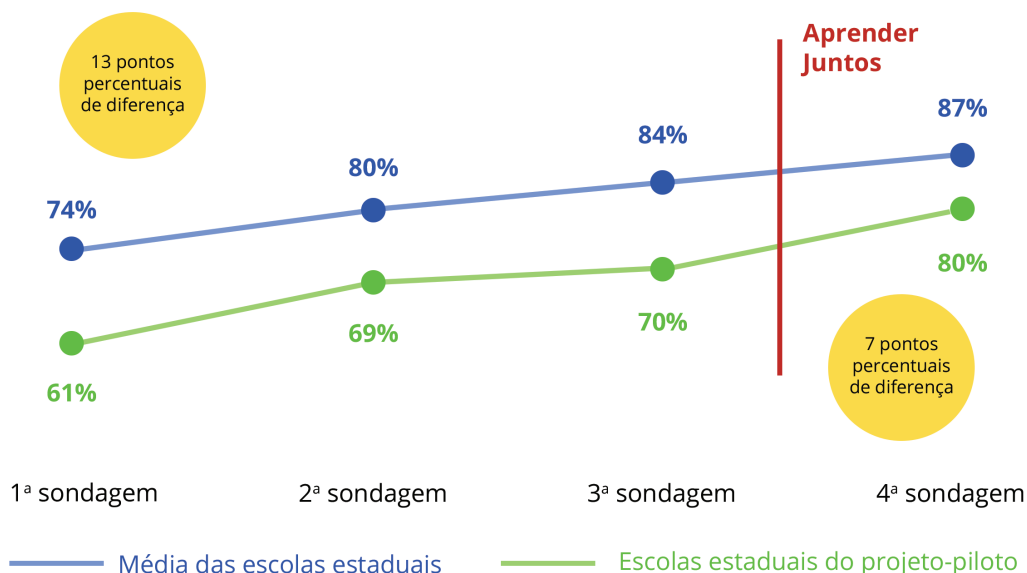
Além disso, a pandemia ampliou a heterogeneidade de aprendizagem entre os estudantes. Por conta de fatores tais como as desigualdades no acesso à tecnologia, cresceu a variação na aprendizagem entre diferentes estudantes, aumentando o desafio de os professores proporem atividades adequadas às necessidades de cada um.

Por isso, a SEDUC-SP desenvolveu em 2021 o Aprender Juntos, projeto para apoiar os estudantes do 3º ao 6º anos do Ensino Fundamental, especialmente impactados pela pandemia. O objetivo é consolidar habilidades dos estudantes

ligadas à aquisição do sistema de escrita e fortalecer sua capacidade de ler, compreender e produzir textos orais e escritos, e, também, ao letramento matemático, necessárias para que possam seguir sua trajetória escolar com sucesso.

O projeto foi inspirado em boas práticas de escolas da rede estadual de São Paulo, assim como no Teaching at the Right Level, metodologia para consolidação de habilidades essenciais para trajetória escolar dos estudantes tais como as ligadas à alfabetização e ao letramento matemático implementada em diversos países e indicada pelo Banco Mundial como estratégia para a melhoria da aprendizagem por ter sua efetividade comprovada por avaliações de impacto.

Percentual de estudantes do 3º ao 5º ano alfabéticos em 2021
a partir das sondagens de alfabetização realizadas pela SEDUC-SP



O Aprender Juntos foi desenvolvido como projeto-piloto em 2021, em 26 escolas de 5 Diretorias de Ensino e 4 secretarias municipais. O projeto-piloto realizado em 2021 apresentou resultados promissores: entre a 3ª sondagem de alfabetização (realizada antes da implementação do projeto) e a 4ª sondagem (realizada depois), a diferença no percentual de estudantes do 3º ao 5º ano alfabéticos entre as escolas do projeto-piloto e a média do estado caiu pela metade. A diferença, que era de 14 pontos percentuais na 3ª sondagem, caiu para 7 pontos percentuais. Assim, em 2022, o projeto foi estendido a escolas do 3º ao 6º ano de todo o estado, bem como a secretarias municipais que optaram por participar.

O projeto consiste em três etapas principais:

1. Diagnóstico: A partir dos di-

versos instrumentos de avaliação à disposição da escola, são identificadas as necessidades de aprendizagem dos estudantes.

2. Reagrupamento: Estudantes, que podem ser de diferentes turmas e anos, são reagrupados por necessidades de aprendizagem próximas, durante parte das suas aulas. Os agrupamentos são temporários, ajustados à medida que os estudantes avançam na aprendizagem.

3. Atividades personalizadas: Os professores desenvolvem atividades adequadas às necessidades de aprendizagem dos estudantes, e que promovam seu engajamento.

Além desses três elementos, o projeto inclui mais dois que são essenciais para a sua implementação: formação e acompanhamento. A formação ocorre de forma presencial (formações realizadas pela equipe central da SEDUC com

representantes das Diretorias de Ensino, que cascateiam para pontos focais das secretarias municipais e das escolas estaduais) e remota (via Centro de Mídias). O acompanhamento é realizado por diversos profissionais com o papel de apoiar a implementação do projeto.

Em suma, o Aprender Juntos veio para apoiar a aprendizagem dos estudantes, muito impactada pela pandemia. Mais do que nunca, a atuação conjunta entre estado e municípios é fundamental para a garantia da aprendizagem de todos os estudantes do estado de São Paulo. Em um contexto tão crítico para a vida dos estudantes, nosso papel é apoiá-los para que não tenhamos uma geração perdida, mas uma geração recuperada para que, apesar dos impactos da pandemia, os estudantes tenham oportunidades de desenvolver e alcançar seus projetos de vida. ■

Piso Nacional do Magistério: instrumento de valorização da carreira

O Piso Nacional do Magistério decorre de um dos princípios do dever do Estado na oferta do ensino, encartado no art. 206, inciso VIII, da Carta Magna, de modo que sua existência e aplicação deriva da Lei Maior de nosso país.

Tal fato, por si só, já seria suficiente para que todos reconhecessem a importância e o valor desse dispositivo constitucional para fins de se obter o nível que se espera da educação pública nacional. Não obstante, a existência e legalidade do Piso têm sido constantemente questionada.

Não resta dúvida de que o Piso Nacional é um importante instrumento de valorização da carreira e, ainda que a última atualização tenha provocado certo espanto, em face do percentual elevado, talvez incompatível com a capacidade financeira de boa parte dos entes públicos, a verdade é que seu valor ainda está longe de atingir um patamar digno de reconhecimento da importância da função e não tem se mostrado capaz de atrair os melhores estudantes do ensino médio para a carreira, o que demonstra

que ainda não atingiu o valor ideal.

Embora a Constituição tenha elevado o Piso Nacional a condição de princípio basilar do ensino, sua regulamentação se deu por meio de uma lei federal, precisamente a Lei nº. 11.738/08.

Recentemente, com o advento do Fundeb permanente, introduzido pela Emenda Constitucional nº 108/20, a eficácia da Lei nº 11.738/08 passou a ser questionada, porém, até o presente momento, a conclusão a que chegamos é que a mesma continua vigente, de modo que uma decisão definitiva sobre a questão só poderá ser dada pelo Poder Judiciário.

Sendo assim, no momento, cumpre aos entes federados atender as disposições da mencionada lei, inclusive quanto a atualização para o ano de 2022, da ordem de 33,24% em relação ao valor vigente em 2021.

Quem faz jus ao recebimento do Piso Nacional?

Nos termos do art. 2º da Lei nº. 11.738/08, o Piso Nacional abrange todos os profissionais do magistério público de educação básica, ou seja, docentes e profissionais de su-

porte pedagógico, contudo, o valor é único para as duas categorias.

Para qual jornada de trabalho se aplica o Piso?

O Piso aplica-se à jornada de 40 horas semanais (hora de 60 minutos), sendo proporcional para as demais jornadas (Lei nº. 11.738/08, art. 2º, §§ 1º e 3º).

Todos os servidores da carreira do magistério fazem jus ao percentual de atualização anual?

A obrigação dos entes federados em relação ao Piso é tão somente manter o vencimento inicial da carreira em valor igual ou acima do valor mínimo. Portanto, a atualização deverá ser aplicada a todos os profissionais que recebam valores abaixo do estipulado a título de vencimento inicial.

De se destacar que os entes federados não estão vinculados, na atualização do vencimento dos servidores da carreira do magistério, a utilizar o mesmo índice utilizado nacionalmente. Isso quer dizer que se o ente federado aplicar uma atualização inferior ao percentual nacional, porém essa atualização for suficiente para que o vencimento



inicial seja igual ou superior ao valor do Piso Nacional, é desnecessária a concessão de correção em percentual equivalente ao anunciado nacionalmente.

Na mesma toada, o ente federado não estará obrigado a aplicar qualquer atualização para os servidores cujo vencimento base esteja acima do valor do Piso Nacional, exceto se a lei local determinar a aplicação para toda a tabela de vencimento. Este é o entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do RE nº 1.426.210/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, tendo o STJ definido a seguinte tese, aplicável em todo o território nacional:

“A Lei n. 11.738/2008, em seu art. 2º, § 1º, ordena que o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica deve corresponder ao Piso Salarial Profissional Nacional, sendo vedada a fixação do vencimento básico em valor inferior, não havendo determinação de incidência automática em toda a carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações, o que somente ocorrerá se estas determinações estiverem previstas nas legislações

locais. (REsp 1426210/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/11/2016, DJe 09/12/2016)”

O Piso corresponde ao vencimento ou a remuneração do servidor?

Para fins de Piso Nacional deve ser considerado o vencimento e não a remuneração, como definiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI nº. 4.167.

Deste modo resta evidente que o Piso Salarial do Magistério diz respeito ao vencimento base do servidor, calculado proporcionalmente de acordo com sua jornada de trabalho.

Neste ponto, valioso recorreremos ao entendimento de Odete Medauar, acerca das terminologias “vencimento” e “remuneração”:

Denomina-se vencimento, no singular, a retribuição, em dinheiro, pelo exercício de cargo ou função pública, com valor fixado em lei. Em geral, o vencimento é simbolizado por letra, número ou pela combinação de ambos, denominado referência; a cada referência corresponde importância em dinheiro. Os vocábulos “vencimentos” ou “remuneração” designam o conjunto for-

mado pelo vencimento (referência) do cargo ou função mais outras importâncias percebidas, denominadas vantagens pecuniárias.

A partir de que data deve ser atualizado o valor do Piso?

De acordo com o art. 5º da Lei nº. 11.738/08, a atualização deve ocorrer anualmente, a partir de 1º de janeiro, de forma que se o ente federado efetuou a correção em mês posterior, deverá pagar a diferença a partir de 1º de janeiro. ■



José Silvio Graboski de Oliveira

Advogado, especialista em Direito Educacional. Sócio do escritório Graboski Advogados Associados e da Pública Gestão Educacional, consultor jurídico da UNDIME- SP.



Por que fazer parte da Undime?



Porque em 2013, quando assumi a pasta da Educação, em Atibaia-SP, me apeguei à Undime, pois sabia que a instituição seria fundamental para agregar valor sobre o meu conhecimento acerca da gestão pública. E foi... foi elementar e continua sendo, agora que atuo como Dirigente Municipal de Educação de Mairiporã-SP. É por meio da Undime que cresço, diariamente, como gestora e educadora. Assim, digo com propriedade que, para nós, os gestores, a Undime tem sido uma escola, uma ponte que nos faz gerir com eficiência. E para essa eficiência perpetuar, a Undime, que atua há 35 anos no estado de São Paulo, estará sempre ao nosso lado pois, como todo entusiasta, acreditamos em uma educação pública com qualidade e equidade.

Márcia Bernardes
DME de Mairiporã-SP
Presidente



Porque hoje é impossível discutir uma política educacional sem a representatividade e participação da Undime São Paulo, a qual se tornou um mecanismo vivo de articulação entre os entes Federativos. Destaco as parcerias estabelecidas e fortalecidas entre o Regime de Colaboração, voltadas ao financiamento da Educação, na gestão Pedagógica, Administrativa e Democrática, fortalecendo e criando possibilidade, voz e vez aos Dirigentes Municipais de Educação no cenário Educacional. A Undime São Paulo somos NÓS, como sua missão, seus princípios, valores e objetivos voltados à uma Educação Pública para TODOS.

Celso Fernando Iversen
DME de Porto Feliz
Vice-Presidente



Tenho a honra e o privilégio de fazer parte da Undime São Paulo, a qual reúne dirigentes municipais de todo o Estado de São Paulo, cada um com sua luta diária, na qual conta com inúmeros desafios, os quais nos fazem cada dia mais fortes, pois acreditamos que só a educação transforma. Fazer parte da Undime São Paulo nos faz aprender a cada dia, a cada formação e, especialmente, na troca de experiências entre os colegas dirigentes e técnicos, objetivando sempre alcançar a qualidade do ensino público, o respeito à diversidade, a educação inclusiva, o envolvimento da sociedade, da família e da criança na implementação de uma política pública que seja realmente emancipadora e transformadora.

Lélia Hartmann Torres
DME de Francisco Morato
Vice-Presidente Regionais / Grande SP

Contato: (21) 98999-3983
infinitymobilia@gmail.com
www.infinitymobilia.com.br



A Undime São Paulo já faz parte do nosso trabalho, do nosso dia a dia, pois é a ponte direta que nos leva à construção de uma gestão focada no avanço contínuo, na garantia do direito de aprender e contribui significativamente para a ampliação do repertório sobre o complexo e dinâmico campo dessa gestão que atuamos. Nos dá segurança por meio da análise da proposição de ações, de programas e de gestão das políticas. A Undime São Paulo nos orienta, inclusive nas ações baseadas na impessoalidade, legalidade e eficiência. A Educação de Cordeirópolis reconhece o nome da UNDIME, reconhece os esforços antes, durante e pós-pandemia. São aprendizados e conquistas que nos fortalecem na grande missão de ensinar.

Angelita Meneghin Ortolan
DME de Cordeirópolis
Secretária de Articulação



Porque a Undime São Paulo é o nosso porto seguro. Nós, gestores de municípios de pequeno porte, como é o meu caso, onde sou DME de Brejo Alegre-SP, muitas vezes, não temos uma equipe grande para gerir a Educação com tamanha qualidade e maestria necessária. Todavia, a seccional, com toda sua expertise, é o nosso suporte nas principais demandas de trabalho, além, claro, de estar conosco para auxiliar nos inúmeros desafios da gestão pública educacional.

Denize Jacob de Paula
DME de Brejo Alegre
Secretária de Finanças



Quando iniciei na vida pública, muitos planos foram feitos. Todavia, inúmeras dúvidas pairavam no ar. E a Undime São Paulo me mostrou que, essa união de gestores municipais paulistas, é uma força que vai além das nossas limitações e indagações, e que defende a educação pública acima de qualquer circunstância. Assim, todo o conhecimento e experiência desses anos, devo a essa organização que atua e olha para a transformação da sociedade por meio da Educação.

André Luís de Francescos
DME de Limeira
Secretário de Assuntos Jurídicos



Porque a Undime São Paulo abraça e acolhe de forma afetiva, técnica e proativa a todos os Dirigentes Municipais de Educação do nosso amado Estado de São Paulo. Fazer parte desta família de conquistas e sucesso é fomento para suprir os nossos dias é luz para iluminar nosso caminhar e farol para nos direcionar. Ser Undime São Paulo é ser, é estar, é caminhar em sintonia com o que há de melhor no cenário educacional do nosso país, contribuindo, assim, para a construção coletiva de um mundo mais justo e promissor.

Marcelo Batista
DME de Votuporanga
Vice-Presidente Regionais / Interior



Por ter com quem contar, principalmente nos momentos desafiadores, como foi o da pandemia, que fez toda a diferença, como, por exemplo, na construção dos protocolos sanitários, pedagógicos e de surto, da forma como conduzir o ensino remoto, equipar as escolas na nova cultura sanitária, distribuição da merenda, avaliação da aprendizagem e tantos outros aspectos rigorosamente detalhados, com trocas de práticas que trouxeram segurança e muita confiança nas ações. Neste sentido, associar-se à Undime São Paulo é encontrar um porto seguro nas orientações, suportes técnicos e jurídicos a partir de uma rede colaborativa garantida pelos polos e macrorregiões.

Maria Thereza Ferreira Cyrino
DME de Jacareí
Secretária de Coordenação Técnica



Porque fazer parte da Undime São Paulo é aprender e ensinar continuamente. É articular e mobilizar esforços pela unidade dos municípios paulistas, permitindo dar voz à educação pública em busca de políticas educacionais voltadas à sua melhoria constante e ao respeito à infância e ao direito de aprender.

Silvana de Sousa e Souza
DME de Araçatuba
Secretária de Comunicação

O que você tem feito para **construir um futuro bilíngue**?

Unimos **educação, inovação e tecnologia** para oferecer tudo o que a rede, o professor e o aluno precisam para construirmos uma geração bilíngue.



Programas bilíngues que vão da Educação Infantil até o Ensino Médio e estão alinhados com a BNCC



Projetos de programação e literatura em inglês para a prática do idioma



Jornada de formação contínua dos professores



Editora própria e premiada internacionalmente pelo ELTons Innovation Awards em "Excellence in course innovation"



Um futuro bilíngue.
Vamos construir juntos?



www.edifyeducation.com.br

@edifyoficial

Edify

Pela melhor educação em inglês no Brasil




Os desafios da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

As últimas décadas marcam a transformação e o fortalecimento dessas duas etapas

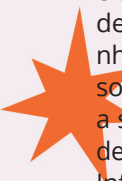
A Nova Escola e a Undime nasceram na mesma época. A primeira, em 1986 e a segunda, em 1987. Também cresceram juntas e, ao longo desses anos, viram a Educação Infantil e o Ensino Fundamental se transformarem. O fortalecimento dessas duas etapas pode ser testemunhado nas leis e também nas salas de aula das escolas públicas brasileiras.

Quando as duas organizações ainda eram bebês, a Constituição Federal, de 1988, reforçou que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Atribuiu ao Poder Público a responsabilidade por assegurar a matrícula e reconheceu, também, que a creche e a pré-escola, para crianças de 0 a 6 anos, fazem parte do sistema de educação, não mais da área de assistência social.



Outras regulamentações e políticas públicas foram necessárias para fazer valer tais direitos e, também, para aprimorar a noção de qualidade do ensino. Na década seguinte, vieram, então, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Começou-se, aí, a definir o que deveria ser ensinado, bem como medir, em larga escala, o que estava sendo aprendido.

As avaliações foram dando visibilidade para níveis pouco desejados de aprendizagem e o Plano Nacional de Educação para o período de 2014 a 2024 estabeleceu metas que resgatem direitos e desejos das leis das décadas anteriores. Desafios como a distorção idade-série no Fundamental, as baixas médias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a alfabetização na idade certa e a falta de vagas para universalizar o acesso à educação (especialmente na Educação Infantil) foram destacados e endereçados aí e seguem sendo acompanhados até hoje.



O breve resumo das políticas que levaram à transformação da Educação Infantil e do Ensino Fundamental culmina na criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Promulgado em 2017, o documento estabelece as aprendizagens essenciais para essas duas etapas. Tem-se, aí, uma renovação da visão sobre elas, com a definição das competências gerais a serem alcançadas pelos estudantes nesse período da vida escolar. Competências essas que são pautadas pela atuação democrática e colaboram para que os jovens que deixam o Ensino Fundamental tenham plenas condições de agir em sociedade com respeito ao outro e a si mesmo. E a vivência deste ideal de sociedade começa lá na Educação Infantil, quando a criança é reconhecida como um ser potente e capaz.

Os componentes curriculares do Fundamental são, agora, organiza-

dos por habilidades, o que favorece muito o olhar para a aplicação do que se aprende. Não trabalhamos mais o conteúdo pelo conteúdo. Finalmente, centramos a educação na figura do estudante, na participação, no engajamento e na mediação para que ele, de fato, aprenda de maneira significativa.

Este novo ideal de educação expresso na BNCC ainda demanda investimentos para que seja implementado em todos os espaços educativos do país. Precisamos apoiar os professores, formá-los, acompanhá-los no esforço de fazer diferente, de avaliar o que foi realizado, analisar se deu certo e, com base nisso, planejar os próximos passos. Mudar é difícil, esta mudança ainda está em curso e, lembremos, foi atropelada por uma pandemia sem precedentes nos últimos anos.

Esperança no chão da escola

Nas páginas de Nova Escola - primeiro impressas e, hoje, online -, a história de professores e gestores de escolas públicas que se propõem a superar os desafios da Educação Infantil e do Ensino Fundamental tem sido registrada e valorizada. Por meio deles, vemos como as políticas podem colaborar para o avanço dessas etapas. Mesmo antes da BNCC ser realidade, muitos deles já demonstravam a conexão precisa com a necessidade dos estudantes e o planejamento cuidadoso de atividades que colaborassem para o avanço de todos, com propostas que incentivam a investigação, a reflexão e o engajamento das crianças e dos adolescentes.

São profissionais como Angélica Arroio Quiqueto de Sousa, de Tupã (SP), vencedora do prêmio Educador Nota 10 como gestora, em 2010. Ela investiu na formação de professores leitores e, com isso, conseguiu criar uma comunidade leitora nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que

contaminou os alunos e suas famílias.

Ou a professora Lidianne Cristina Loiola Souza, de São Paulo (SP), premiada em 2013, com um trabalho que explorou a paisagem sonora com a turma da pré-escola e colaborou para que as crianças se tornassem muito mais sensíveis aos sons que estão por toda a parte.


E, ainda, gestores como João Paulo de Araújo, também Educador Nota 10 como professor de História, que, agora, como diretor de uma escola em uma área rural de Leopoldina (MG) criou kits com materiais impressos, trabalhando a distância com os professores durante a pandemia do coronavírus, e levou a escola - inclusive livros e alimentos da merenda - até a casa dos seus alunos.

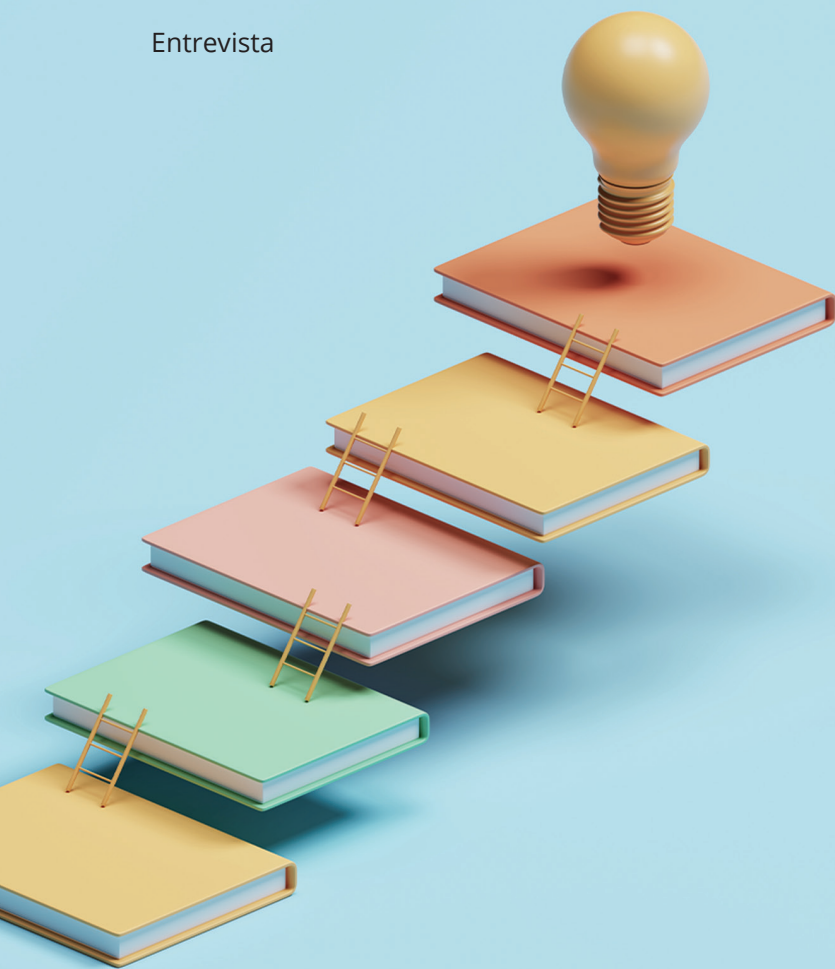
A escola pública tem desafios, mas é, acima de tudo, um lugar de sonhos compartilhados, de esperanças e de muito aprendizado. Há muitas Angélicas, Lidianes e João Paulos Brasil afora. Esperançando - como diria Paulo Freire -, as agora jovens senhoras Undime e Nova Escola seguem buscando maneiras de apoiar esses profissionais e valorizá-los. ■



Ana Ligia Scachetti

Diretora da Associação
Nova Escola





Undime: identidade e construção contínua da educação pública municipal

A Undime nasceu na segunda metade da década de 1980 como uma expressão de identidade das redes municipais de educação que galgavam força, corpo, relevância social e política à medida em que o país vivia um processo de renascimento democrático. A Undime é, portanto, filha da esperança e da luta de educadores de todo o país que acreditavam na união na democracia, na ciência, no conhecimento e na educação como instrumentos para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, equânime e promissora.

As redes municipais de educação ampliavam seu atendimento e assumiam os desafios de ofertar educação infantil - em substituição às creches assistencialistas - e

também o ensino fundamental. O número de alunos e escolas municipais crescera substancialmente a partir da nova Constituição Cidadã de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) - Lei 9.394/96, assim como a complexidade das redes. Essas conquistas educacionais demandaram a construção de novas e mais robustas políticas públicas em âmbito nacional, estaduais e regionais em regime de colaboração entre os entes União, estados e municípios, desde as características da organização federativa do Estado Brasileiro.

As dimensões continentais do Brasil, atualmente com 5.568 municípios, e a multiplicidade dos contextos existentes exigiram que os Dirigentes Municipais de Educação (DME) institucionalmente se orga-

nizassem para construir políticas educacionais nacionais capazes de impactar todas as redes. Exemplos dessas políticas são a LDB, o Fundef/Fundeb e a BNCC. A educação brasileira precisa ter uma identidade, um conjunto de direitos de aprendizagem que nos constitua como cidadãos brasileiros. Por outro lado, a diversidade social e a organização político-administrativa trazem-nos desafios no âmbito de cada estado da federação. Algumas responsabilidades são compartilhadas - como a oferta do ensino fundamental - e exigem a somatória de potencialidades e esforços dos estados e dos seus municípios para garantir a oferta de educação com qualidade a todos os alunos.

Esse contexto pede que os dirigentes tentem fazer uma organiza-

ção capaz de produzir respostas às questões de cada estado, o que fez com que a Undime se organizasse por meio de uma diretoria nacional e 26 seccionais, ficando fora apenas o Distrito Federal. Dessa forma, forma, a Undime é uma única entidade, organizada nacionalmente com a missão de é articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação, para construir e defender a educação pública, sob a responsabilidade dos municípios, com qualidade social.

A seccional paulista da Undime foi organizada já nos primeiros meses de existência da entidade e passou a desempenhar um importante papel de integração dos 645 municípios de São Paulo. Essa organização permitiu o fortalecimento das redes municipais, a construção e execução de projetos como a aplicação da oferta de vagas na educação infantil por meio da construção de escolas municipais com apoio do governo estadual, convênios de alimentação, de transporte, de apoio pedagógico e vários outros. Mesmo que muitos deles estejam distantes das necessidades e dos desejos das redes municipais, eles representavam esforço comum para colocar em prática o regime de colaboração necessário e garantido constitucionalmente para oferta de educação de qualidade para todos.

Outra frente de atuação de muita relevância para a Undime é a viabilização e oferta de formação contínua aos gestores em todo o território. O DME tem demandas técnicas e operacionais que se transformam continuamente exigindo informação, preparação e análise que não estão disponíveis nas formações iniciais de gestores e professores. Para dar conta dessa

demanda, tanto a Undime nacional quanto suas seccionais, organizam, em parceria, atividades formativas como palestras, oficinas e cursos para os dirigentes. Esse trabalho ganha ainda mais relevância quando realizado com as redes de maior infraestrutura ou as que se encontram muito distantes dos grandes centros estaduais ou nacionais. Trata-se da democratização da formação e da construção de equidade.

A construção de uma educação pública com igualdade social em sintonia com o nosso tempo é um desejo que nos move a 35 anos e constantemente permanece nos impulsionando hoje e sempre. Para cumprirmos nossa missão de articular, mobilizar, construir e defender esta educação que transforma para melhor vidas, sociedade, estados e país é fundamental o cumprimento do nosso papel de sermos representativos. É preciso ecoar nacionalmente a voz dos 5.568 municípios brasileiros, em São Paulo das 645 cidades, de forma a levantarmos as demandas das redes e a partir delas construir as agendas, planos de ação e as políticas educacionais. Esse exercício de construir a voz institucional pode ser efetivado por reuniões e encontros de trabalhos presenciais, com os que tenho oportunidade de fazer em inúmeros diálogos regionais que passamos a chamar de Giro SP, no território paulista e, porque não, Giro BR no território nacional. Também passamos a ampliar sempre as possibilidades de escuta e diálogo por meio das conquistas tecnológicas e uso de ferramentas como reuniões virtuais. Com relativa frequência realizamos reuniões virtuais com cada uma das 26 seccionais,

permitindo levar informações específicas e organizarmos ações de âmbito nacional que respeitem as demandas locais. Isso foi feito, por exemplo, durante a pandemia de covid-19 para apresentar os relatórios estaduais das pesquisas da Undime permitindo que cada seccional construísse planos de ação específicos enquanto a diretoria nacional atuava junto ao parlamento, governo federal e terceiro setor na busca de soluções para os desafios.

A Undime não é a voz dos DMEs, ela é o próprio DME. É nossa forma de nos organizarmos e construirmos a educação paulista e a educação brasileira. A Undime tem que ser dinâmica, pois a vida é dinâmica, tem que ser múltipla, pois somos diversos, tem que ter rodas nos pés e asas nas costas, pois o caminho é surpreendente. Tem que manter sua visão, valores e princípios éticos, pois esta é sua e nossa fortaleza. A Undime não é só importante para a educação pública municipal, ela é a educação pública municipal! ■



**Luiz Miguel
Martins Garcia**

Presidente da UNDIME
e Dirigente Municipal de
Educação de
Sud Mennucci-SP

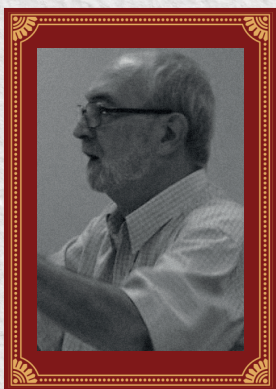
Quem foram os presidentes

1987 a 1989



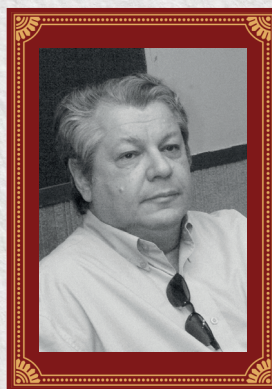
Cleusa Pires de Andrade
DME de Ubatuba-SP

1990 a 1991



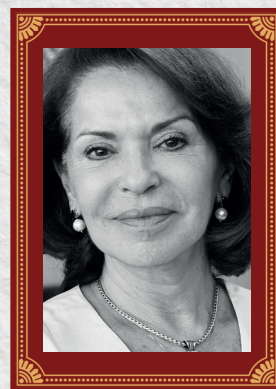
**Newton Antonio
Paciulli Bryan**
DME de Campinas-SP

1991 a 1992



**Herb Antonio
da Silva Carlini**
DME de Americana-SP

1993 a 1994



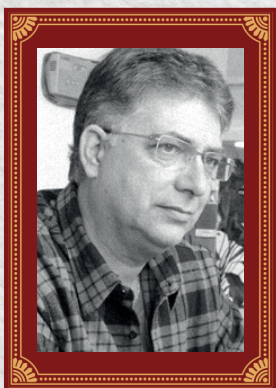
**Maria Helena
Guimarães de Castro**
DME de Campinas-SP

2005 a 2008



**Rosalina Yosko
Kawamoto Honorato**
DME de Campo Limpo
Paulista-SP

2008



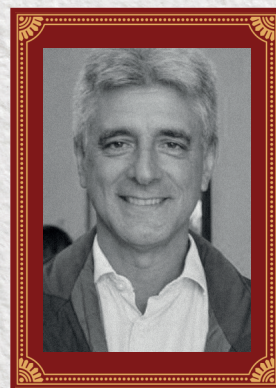
**José Aparecido
Duran Neto**
DME de Votuporanga-SP

2009 a 2010



Suely Alves Maia
DME de Santos-SP

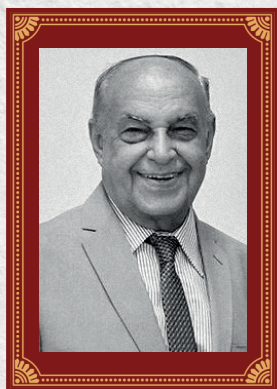
2011 a 2012



**Alberto Alves
Marques Filho**
DME de São José dos
Campos-SP

da Undime São Paulo?

1994 a 1996



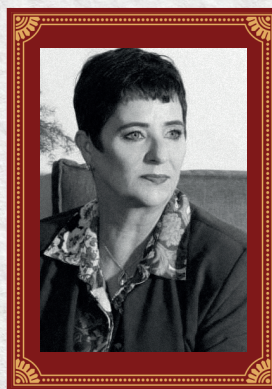
Oswaldo José Fernandes
DME de Jundiaí-SP

1997 a 2000



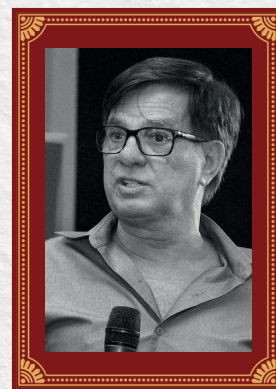
**Rute Maria
Pozzi Casati**
DME de Descalvado-SP

2001 a 2002



**Vera Lúcia
Scortecchi Hilst**
DME de São Sebastião-SP

2003 a 2004



**João Medeiros
de Sá Filho**
DME de Taboão
da Serra-SP

2013 a 2015



**Priscilla Maria
Bonini Ribeiro**
DME de Guarujá-SP

2015 a 2016



**Marialba da Glória
Garcia Carneiro**
DME de Pereira Barreto-SP

2017 a 2019



**Luiz Miguel
Martins Garcia**
DME de Sud
Mennucci-SP

**2019 até o
momento**



Márcia Bernardes
DME de Atibaia-
SP e Mairiporã-SP,
respectivamente

A “FOCCUS
EDUCAÇÃO E
TECNOLOGIA”
Parabeniza a
UNDIME São
Paulo, por sua
eficiência,
excelência,
transparência e
visão sistêmica
em
contribuição a
uma educação
pública de
qualidade.



O Regime de colaboração e as estratégias para promover as melhorias educacionais



Márcia Bernardes

Presidente da Undime São
Paulo e Dirigente Municipal
de Educação de Mairiporã-SP

Não é de hoje que a Undime São Paulo fala da importância e necessidade do regime de colaboração por meio da integração das redes municipais. Até porque, para o avanço de políticas públicas educacionais e consolidação das mesmas, a mobilização do todo, do coletivo, é fundamental e deve ser constante.

É por isso que, desde a sua criação, há 35 anos, a seccional paulista busca incessantemente a mobilização dos Dirigentes Municipais de Educação paulistas para, de forma



cooperativa, construir ferramentas e possibilidades para o aprimoramento das redes de ensino e, consequentemente, a garantia da melhoria da aprendizagem dos estudantes, bem como a valorização dos profissionais da Educação, sejam gestores, professores ou funcionários de áreas técnicas ou de apoio.

A própria Constituição Federal, em seu artigo 211, destaca que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar os sistemas de ensino. Assim, em regime de colaboração, ambas as partes devem promover a garantia do direito à Educação Básica.

Nos últimos tempos, por exemplo, a Undime São Paulo atuou fortemente no processo de elaboração do Currículo Paulista das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. O processo contou com o apoio direto e conjunto da Secretaria de Estado da Educação e das redes municipais, públicas e privadas.

Para se ter ideia, segundo informações do próprio Currículo Paulista, 44.443 pessoas contribuíram diretamente com 103.425 sugestões para o texto introdutório, e 2.557.779 pessoas cooperaram para os textos das diferentes etapas de escolaridade e componentes

curriculares, como para a Educação Infantil, Arte, Geografia, História, Língua Portuguesa, entre outros componentes.

Os números em questão demonstram a magnitude do regime de colaboração como tática de dar voz para um mesmo ideal: a construção de um ensino melhor e a erradicação das desigualdades por meio da inclusão, cidadania e da equidade.

Desde o início da pandemia de Covid-19, em março de 2020, onde ninguém sabia como proceder com as atividades educacionais, que foram suspensas, os gestores se uniram e, juntos à UNDIME, governos, parlamentares, organismos internacionais, movimentos sociais, institutos e fundações, pensaram em estratégias para a Educação não parar.

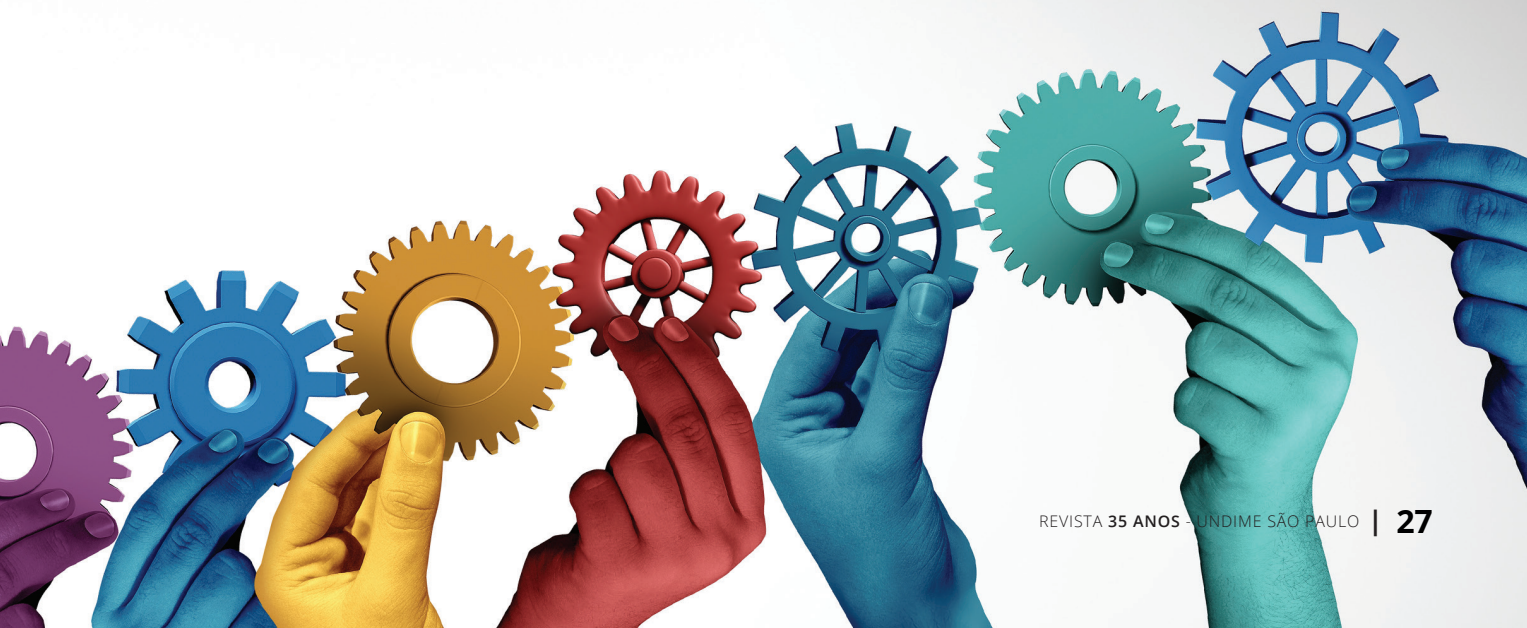
Nas inúmeras videoconferências realizadas, o destaque era: “Um dia de cada vez. Agora, temos que fazer a Educação pulsar nos lares das crianças, e amparar nossos profissionais”.

Sem a atuação e orientação precisa do Ministério da Educação (MEC), a UNDIME de todo o Brasil, bem como a de São Paulo, foi fun-

damental na elaboração de táticas e deu subsídios para a continuidade das aulas de forma não presencial e, não diferente, para a construção de protocolos, como o sanitário, socioemocional e de retorno às aulas na perspectiva das redes municipais de educação, entre outras ações.

A mobilização promovida pela UNDIME e outras organizações, em 2020, também foi essencial para que o Novo Fundeb fosse aprovado e tornasse permanente. Desde 2021 e com as mudanças autorizadas pelo Congresso, a participação da União aumentou e tornou o fundo mais redistributivo, melhor e mais justo aos municípios, levando em conta a situação de cada ente para os cálculos e repasses.

Assim, vemos o valor do Regime de Colaboração para o progresso e melhorias da Educação Básica como um todo. Unidos, dá para chegar mais longe sempre. ■





Trazendo o protagonismo do aluno e a legislação educacional

Undime São Paulo realiza 31ª edição do Fórum Estadual, em Olímpia

De 29 a 31 de março de 2022, a seccional paulista da UNDIME realizou, em Olímpia, no interior do Estado de São Paulo, a 31ª edição do Fórum Estadual. Com o tema “Educação pública de qualidade - Da letra da Lei ao chão da sala de aula: o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem”, o evento formativo contou com a participação de mais de 400 educadores, entre Dirigentes Municipais de Educação e profissionais técnicos das Secretarias de Educação.

Durante os três dias, importantes reflexões sobre as políticas públicas educacionais, a aprendizagem escolar, a legislação e a garantia da universalização do acesso e da qualidade do ensino, formação docente, desafios da alfabetização

e seus processos construtivos de aprendizagem, recomposição, entre outras questões, foram fortemente destacadas pelos painelistas e palestrantes.

Com a participação de Márcia Bernardes, presidente da seccional paulista da UNDIME, nomes como o do Cesar Cielo, campeão olímpico, Leo Fraiman, escritor e palestrante, Luiz Miguel Garcia, presidente nacional da UNDIME, Rossieli Soares, Secretário de Estado da Educação, Maria Inês Fini, presidente da Associação Nacional de Educação Básica Híbrida (ANEBHI), Kátia Stocco, Diretora do Instituto Reúna e fundadora do Mathema, Ana Ligia Scacchetti, Gerente da Associação Nova Escola, Maria Regina Passos, doutora em Linguística Aplicada, e Carol Campos, fundadora e diretora exe-

cutiva do Vozes da Educação, Carlos Eduardo Sanches, conselheiro do Conselho Estadual de Educação do Paraná, marcaram presença.

“No ano em que celebramos os 35 anos da seccional da UNDIME, refletimos sobre a aprendizagem dos estudantes e as possibilidades de como reverter os prejuízos educacionais nesse período de volta às aulas, além de importantes diálogos sobre o acesso e permanência de alunas e alunos nas escolas”, comentou, à época, Márcia Bernardes, presidente da seccional da UNDIME.

Mais informações sobre o Fórum estão disponíveis em: <http://www.undime-sp.org.br/31forumestadual/> ■

Depoimento

“Todos nós, os Dirigentes, temos que agradecer a realização desse evento, porque tenho certeza de que foi muito para todos. Sabemos que não é fácil realizar um evento desse porte, mas tudo aconteceu nesses três dias. Provavelmente, hoje, todos estão trabalhando com muito mais ânimo sabendo que temos a nossa entidade, e que ela está do nosso lado incentivando a todos, pois está muito difícil fazer a diferença. Vamos continuar assim para que as nossas crianças, as que estão nos municípios, tenham uma educação de melhor qualidade”.

Oswaldo José

DME de Adamantina-SP

DESEJAR PARABÉNS NÃO É O SUFICIENTE PARA CELEBRAR OS 35 ANOS DE EXTENSA E FORTE ATUAÇÃO DA UNDIME SÃO PAULO!

A Editora do Brasil também comemora e agradece pela longa parceria, que resulta em uma jornada notável, considerando toda a colaboração para a evolução da Educação pública.



**Editora
do Brasil**

lado a lado
com a educação brasileira

www.editoradobrasil.com.br





ionica

Coleção
SAEB
em foco

COM AS SOLUÇÕES DA
FTD EDUCAÇÃO, SEU
MUNICÍPIO CONQUISTA
RESULTADOS, QUALIDADE
E **EXCELÊNCIA**.



A TODO TEMPO
PERTO DE VOCÊ,
SEMPRE QUE PRECISAR.

CONHEÇA MAIS SOBRE AS
SOLUÇÕES DA ÁREA PÚBLICA.

Acesse:

sites.ftd.com.br/area-publica



OU ESCANEIE
O QR CODE



FTD
EDUCAÇÃO



Entrevista:

Educação na pandemia

Confira abaixo, em primeira mão, parte da entrevista da presidente Márcia Bernardes para a Revista Prefeitos & Gestões (junho de 2022).

Quais foram os principais impactos da pandemia na Educação no Estado de São Paulo?

R: A pandemia de Covid-19 ocasionou o fechamento de todas as escolas no Estado de São Paulo, e no Brasil. Creio eu que esse foi o primeiro e mais relevante impacto na Educação, pois não tivemos tempo hábil para pensarmos em atividades não-presenciais. Era algo novo para todos.

Durante meses, com as estruturas escolares fechadas, os estudantes desenvolveram as ações educacionais em seus lares. Todavia, sem o contato direto dos educadores e profissionais de educação básica, tivemos um considerável aumento na defasagem da aprendizagem das crianças, sobretudo, naquelas em fase de alfabetização e letramento e, principalmente, para os discentes matriculados em escolas públicas, ou seja, pertencentes às nossas redes, as municipais ou estadual.

A pandemia, ainda, impactou, de forma veemente, a frequência dos estudantes que acabaram evadindo, isto é, não participando das atividades remotas oportunizadas pela escola.

Infelizmente, o contexto pandêmico também oportunizou o aumento do índice de depressão e ansiedade em crianças, jovens e profissionais de educação, que se

sentiram esgotados, preocupados e sem confiança, e ampliou, além de tudo, a desigualdade social e econômica.

De modo geral, qual é a sua avaliação sobre a forma como os municípios e o Governo do Estado lidaram com estes impactos?

R: Os municípios e Governo não lidaram, lidam, pois os impactos da pandemia e deste resquício de período pandêmico são refletidos no contexto atual. Hoje, com o retorno às atividades escolares e educacionais, municípios e governo, em regime de colaboração e cooperação, vêm buscando as melhores estratégias e possibilidades para que a recomposição da aprendizagem de todos os estudantes da rede aconteça na prática, e que a Educação de qualidade, com todas as garantias de direito, suceda.

Com os alunos e professores já no ambiente escolar, com o retorno das atividades educacionais, a maioria das redes reorganiza o calendário letivo e reestrutura o planejamento pedagógico para identificar pontos de atenção.

Além disso, as prefeituras têm reforçado a formação continuada dos profissionais e trabalhadores de educação, e investido em avaliação para identificar fragilidades que precisam ser revistas.

Qual é a avaliação da Undime São Paulo sobre como está sendo feita a retomada das aulas presenciais em cada faixa etária?

R: A Undime, que é a União dos Dirigentes Municipais de Educação, tem o papel de integrar e mobilizar os gestores públicos educacionais. Nesse sentido, a seccional de São Paulo sempre orientou os municípios e gestores públicos a compreenderem suas realidades e, por meio delas, tomarem as decisões mais pertinentes.

Sempre destacamos a importância da intersetorialidade e da necessidade de toda a comunidade escolar estar envolvida nos processos decisivos, aliás, educação é vida e sempre buscamos a qualidade da saúde e bem-estar de todos.

E nós, enquanto Undime, sempre ressaltamos a relevância da autonomia de cada rede. Enquanto 'União dos Dirigentes', possibilitamos subsídios e orientações para que esse retorno acontecesse de forma segura e saudável para todos os alunos, professores, profissionais da educação e comunidade escolar, mas sempre respeitando a soberania dos municípios e seus gestores. ■

Undime São Paulo



35 anos de apoio à gestão municipal e em defesa da Educação Pública com qualidade social e equidade

A União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo (Undime São Paulo) fundada em 1987, completa, em 2022, 35 anos de existência em defesa da educação pública com qualidade. Todavia, meses antes, em outubro de 1986, a nacional da UNDIME nascia com o propósito de articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública municipal em todo o território brasileiro.

Destaca-se, então, que a organização nasce em uma época de grande exaltação política e em período de discussão e elaboração da nova e atual Constituição Brasileira, no Congresso Nacional, fruto da redemocratização, promulgada tempos depois, em 1988.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, destaca o artigo 205 da Constituição Federal.

Assim, com esse propósito, a pernambucana Edla Soares, então Dirigente Municipal de Educação de Recife, capital de Pernambuco,

idealiza a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação para ser um instrumento de mobilização social entre os Secretários Municipais de Educação e em prol de uma Educação com equidade, ou seja, senso de justiça e oportunidades.

À época, apesar da baixa visibilidade no cenário político e das políticas públicas, a nacional da UNDIME já ganhava nome, força e voz para ser a representante das secretárias e secretários de Educação de todo o Brasil.

Ainda em 1986, ano de sua fundação, a recém entidade realiza um fórum, no Distrito Federal, onde foi elaborada a ‘Carta de Brasília’, documento que destacava a defesa da Educação e a necessidade da aproximação dos municípios pela Educação.

Pouco tempo depois, com o lema “Em defesa dos interesses da Educação Municipal e a luta por uma Educação Pública de qualidade como direito de todos”, em 23 de junho de 1987, em São Paulo, coordenada pela pioneira Cleusa Pires de Andrade, Dirigente Municipal de Educação de Ubatuba-SP, a seccional nascia como instân-

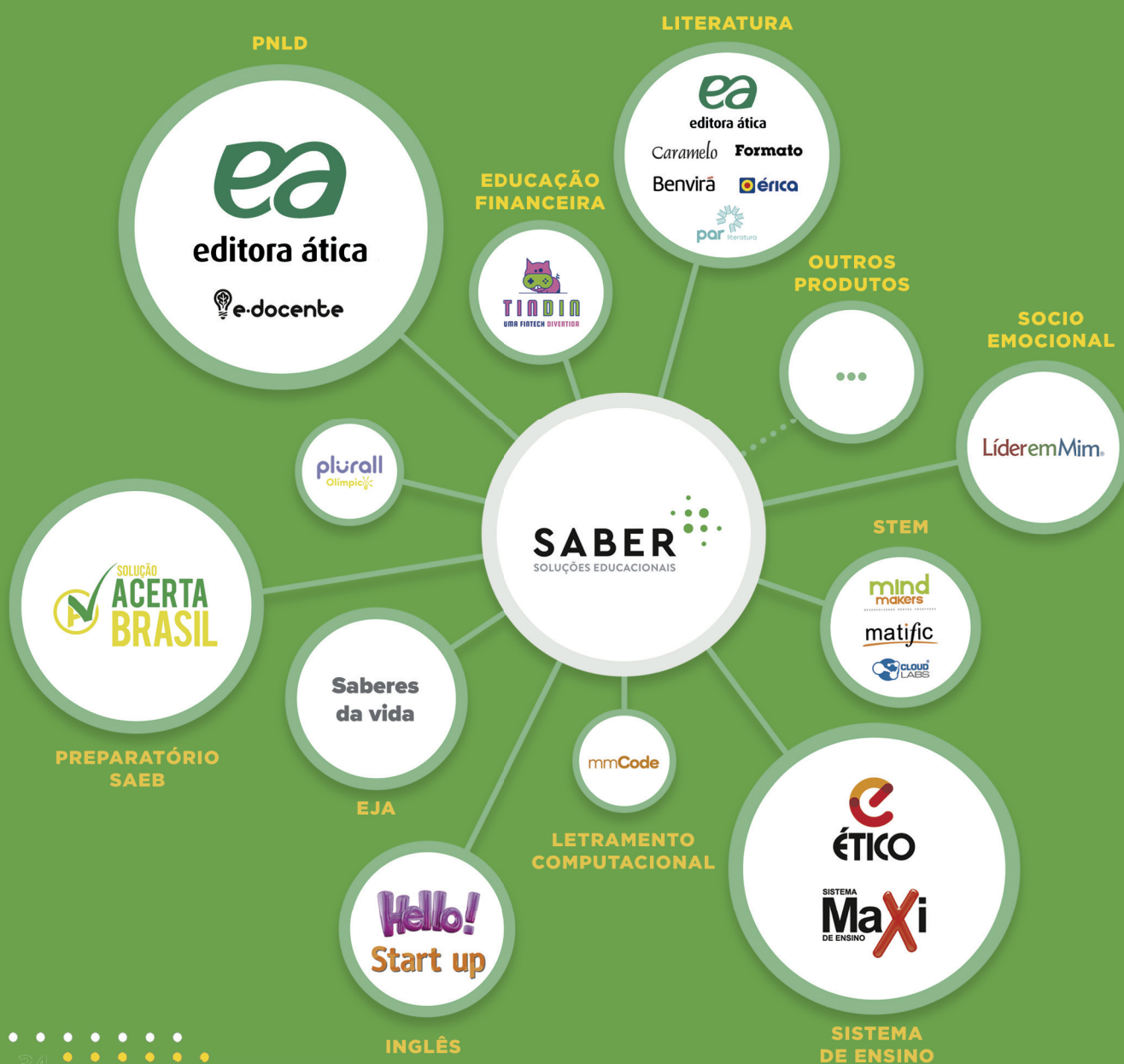
cia representativa dos municípios paulistas nas decisões sobre as políticas educacionais, tanto na esfera do Executivo e do Legislativo, como da sociedade civil, e das organizações não governamentais.

Desde então, a Undime São Paulo busca, dia a dia, apoiar os gestores educacionais em todas as pautas relacionadas à área. Como prioridade, sempre se interessou e demonstrou atenção a temáticas, como: a universalização do acesso de todos os alunos e alunas às escolas e à educação, valorização dos profissionais do magistério, erradicação do analfabetismo, financiamento da educação pública, formação de gestores e demais profissionais da Educação Pública, Educação Infantil, Alfabetização na idade certa, entre outros pontos focais. ■



SABER

SOLUÇÕES EDUCACIONAIS





Undime São Paulo no Conselho Estadual de Educação

Márcia Bernardes, presidente da seccional paulista da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Dirigente Municipal de Educação de Mairporã-SP, foi empossada, no fim de outubro de 2021, conselheira do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP).

“Há anos, a UNDIME, que é a força de todos os dirigentes de educação, e que representa os municípios, sonha com esse espaço no Conselho Estadual de Educação de

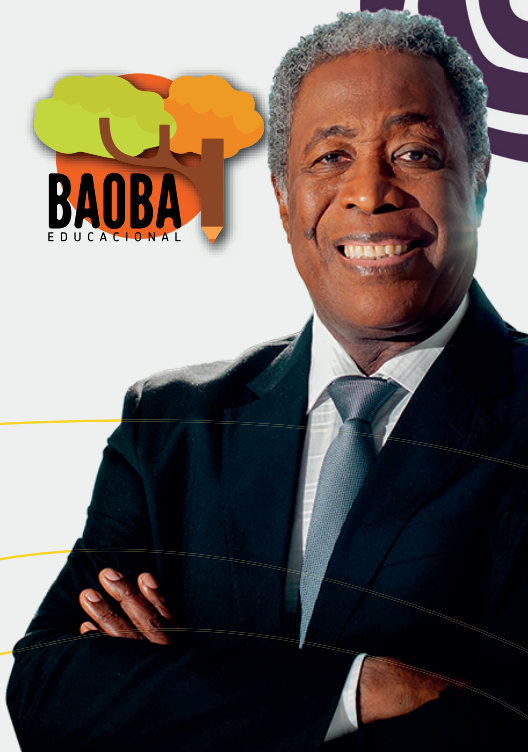
São Paulo”, destacou a representante da seccional.

“É apenas o início de uma nova contribuição a esse conselho que tem o propósito de agregar e trazer mais esforços para a formulação de políticas públicas e para uma educação que seja de qualidade, equitativa, que traga perspectiva, transformação pessoal e profissional por meio de projetos e ações educacionais, entre tantas outras coisas fundamentais para a nossa vida”, disse Márcia Bernardes, à época. ■

“

Há anos, a UNDIME, que é a força de todos os dirigentes de educação, e que representa os municípios, sonha com esse espaço no Conselho Estadual de Educação de São Paulo.”

Márcia Bernardes
Presidente da Undime-SP



A **BAOBÁ EDUCACIONAL**
parabeniza a **UNDIME-SÃO**
PAULO pela jornada de
35 anos contribuindo
efetivamente para
o crescimento da Educação no
Estado de São Paulo e para a
aplicação do ensino de
africanidade nas escolas.

SISTEMA DE ENSINO

PLATAFORMA EAD
FORMAÇÃO EM AFRICANIDADE

LITERATURA INFANTIL

(19) 98382-5984

www.baobaeducacional.com.br
vendas@baobaeducacional.com.br



A formação continuada dos profissionais da Educação e os desafios das Secretarias Municipais

Diego Moreira

Doutor em Educação pela PUC-SP, pesquisador e palestrante

Márcia Bernardes

Presidente da Undime São Paulo e Dirigente Municipal de Educação de Mairiporã-SP

A formação permanente dos profissionais do ensino é um grande desafio. As redes estaduais, municipais e privadas precisam constantemente investir nessa continuidade de estudos e pesquisas. Pois a Educação, assim como qualquer outra área do campo acadêmico e profissional, necessita permanecer em processos formativos.

Um ponto importante para destacar é a necessidade de desfazer o mito da formação inadequada dos professores na perspectiva da culpa do indivíduo. Atribuir lacunas de formação ao próprio professor, como se ele fosse o único responsável por se formar.

Como assim? E, não é?

Não, docente não se atribui o título, a pessoa é submetida a, ao menos, quatro anos de graduação. Aprovado pela Universidade que lhe confere um diploma que o habilita para atuar profissionalmente.

Simplificar essa informação e “culpar” o docente isoladamente é ruim para todos; gestores, profissionais, estudantes e famílias. Há uma linha tênue que precisa ser observada com lucidez que é a diferença entre o constante aprofundamento sobre a profissão e seus conhecimentos e a crescente desvalorização do profissional com a justificativa da formação precária e a consequente responsabilização pelo processo formativo única e exclusivamente do docente.

Ou seja, reconhecer que precisa melhorar a formação não pode ser motivo para desvalorizar o profissional que atua diariamente nas salas de aula espalhadas pelo Brasil. Esse é um ponto central. É preciso olhar para a Universidade, para as redes de ensino e para o indivíduo. Sem perceber todos os envolvidos toda análise ficará míope e não será capaz de propor melhorias.

Percebido esse primeiro aspecto da formação inicial dos professores realizada pelas Universidades, outro aspecto é o da **formação como implantação de política educacional**.

Os estados e municípios podem e devem dar continuidade na formação de seus profissionais como forma de implementar as políticas educacionais preconizadas em cada gestão.

Os gestores escolares como formadores de professores

Um exemplo dessa questão é o investimento em formação de professores e gestores para a melhoria de indicadores de alfabetização das crianças, ou cursos e seminários para melhorar o ensino de matemática. As secretarias de educação devem ter um diagnóstico claro acerca das principais lacunas formativas para o ciclo de gestão garantir espaços de escuta dos profissionais para que estes sinalizem suas principais expectativas sobre o que desejam aprofundar saberes, sejam eles teóricos ou práticos.

Bons diagnósticos para formação permanente, espaços de escuta da rede e zelo pelo dinheiro público são pistas importantes.

Para que esse processo de formação permanente ocorra com sucesso, outro aspecto fundamental é a assunção de parte do papel formativo pelos gestores escolares. Diretores e Coordenadores precisam assumir uma parcela dessa formação no cotidiano das escolas.

Além da esfera organizacional no âmbito das secretarias, a participação e o reconhecimento dos gestores que dão continuidade na formação docente no interior da escola é um aspecto relevante. Os diretores e coordenadores já rea-

lizam inúmeras atividades formativas de natureza administrativa e pedagógica, essa prática de orientação, continuidade dos debates e aprofundamento conceitual e atitudinal são levadas a cabo no cotidiano das escolas com a participação efetiva dos profissionais da gestão escolar, sendo assim também é importante que contemple a formação dos gestores para que possam dar conta de assumir tarefas formativas. As escolas ainda precisam avançar na pauta de formar gestores que tenham a possibilidade de atuar tecnicamente, administrativamente e pedagogicamente. Sempre lembrando que as questões pedagógicas são o coração da escola.



O Instituto Casagrande é uma organização com mais de 15 anos de atuação em todo Brasil, focada no desenvolvimento de educadores e instituições educacionais. Atualmente é a maior e uma das melhores instituições de formação de professores e gestores educacionais do Brasil.

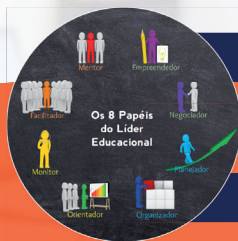


"Acredito na educação que abraça o conhecimento com as mãos do coração. Para mim, portanto, educação que não atinge o coração não é educação."

Renato Casagrande
Presidente do Instituto Casagrande



O PROLÍDER é um programa avançado de formação em liderança e gestão educacional, com foco no desenvolvimento de competências estratégicas, técnicas e comportamentais, preparando o líder escolar para desempenhar oito papéis essenciais para lidar com os desafios diários e obter melhores resultados na sua função.



Formação presencial, semipresencial ou on-line.

Carga horária de 50 horas a 100 horas.

Adaptado à realidade de cada sistema escolar.

OUTRAS SOLUÇÕES PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO



Programa de formação de professores de educação básica



O time de palestrantes do IC na sua cidade



Pós-Graduação Instituto Casagrande

Os docentes e as oportunidades de formação

É fundamental que compreendamos com profundidade as possibilidades reais de formação dos docentes, então um ponto central é que a formação continuada precisa ocorrer em trabalho, pois nem sempre é possível que professores consigam realizar fora de seu horário de trabalho. A partir desse alinhamento a oferta de cursos e programas pode ser desenhada com finalidades objetivas capturadas nos diagnósticos dos municípios. Ou seja, a formação do professor ofertada pelas redes de ensino

precisa necessariamente estar conectada com as demandas de avanço e melhorias de aprendizagem dos estudantes. A formação deve ocorrer com clareza de objetivos.

Ainda assim, poucos municípios possuem estímulo de carreira para os docentes que ampliam a formação acadêmica (especializações, mestrados e doutorados), uma pauta importante para estimular a formação docente é a adequação nos planos de carreiras que contemplam progressões por meio de cursos validados em qualidade pelas secretarias de ensino.

Por fim, a formação permanente de professores exige esforços de todos os envolvidos, desde o

escalão que dirige as secretarias, os gestores escolares e os docentes. É fundamental que se crie consensos, organize percursos formativos e faça investimento de capital e trabalho para que a formação permanente seja também um braço de avanço na qualidade da educação de cada cidade.

A formação continuada dos professores é hoje um dos principais caminhos para avançar a Educação do Brasil. Com respeito as trajetórias, planejamento orçamentário adequado e bons diagnósticos técnicos é possível melhorar. ■

bett | BRASIL

MAIOR EVENTO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA AMÉRICA LATINA



Mais de **270**
marcas expositoras



30 mil
visitantes



Fórum
de Gestores



Mais de **200**
Palestrantes Nacionais e Internacionais



E muito **MAIS!**

9 – 12
maio de
2023

Transamerica Expo Center

Get more
information

Parceiro global



Chancela



Parceiros



/bettbrasil



@bettbrasil



@bett_brasil



@bett.brasil

T.: +55 11 3042-7784 | E.: contato@bettbrasileduc.com.br

Inscriva-se no site: brasil.bettshow.com



SIGA-NOS EM NOSSAS REDES



twitter.com/
undimesp



facebook.com/
undimesaopaulo



youtube.com/
undimesaopaulo



@undime
saopaulo



tiktok.com/
undimesaopaulo